

**VOZES PLURAIS E DISSONANTES NA IMPRENSA PERIÓDICA BELENENSE
OITOCENTISTA SOBRE A PRODUÇÃO LITERÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARÁ**

***PLURAL AND DISSONANT VOICES IN THE NINETEENTH CENTURY PERIODIC
PRESS OF BELÉM ON THE LITERARY PRODUCTION IN THE PROVINCE OF
PARÁ***

Alan Victor Flor da Silva
Doutor em Letras
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
(alan.flor@hotmail.com)

Germana Maria Araújo Sales
Doutora em Teoria e História literária
Universidade Federal do Pará
(gmaa.sales@gmail.com)

RESUMO: Objetivamos, com este trabalho, promover uma discussão a respeito dos debates empreendidos na imprensa periódica belenense oitocentista em torno da produção literária na província do Pará ou, de maneira mais abrangente, na região amazônica do século XIX. A partir de publicações esparsas em periódicos que circularam pela capital paraense entre 1880 e 1900, este estudo apresenta como proposta compreender como jornalistas e homens de letras interpretaram a situação da produção literária situada na província do Pará durante as duas últimas décadas do século XIX.

Palavras-chave: Literatura paraense. Debates. Imprensa periódica. Século XIX; Belém.

ABSTRACT: We aim, with this work, to promote a discussion about the debates carried out in the nineteenth century periodical press of Belem around the literary production in the province of Pará or, more broadly, in the Amazon of the nineteenth century. From sparse publications in periodicals that circulated in the capital of Pará between 1880 and 1900, this study presents itself as a proposal to understand how journalists and literary men interpreted the situation of literary production located in the province of Pará during the last two decades of the nineteenth century.

Keywords: Para literature. Debates. Periodic press. XIX century. Belem.

Segundo Robert Darnton (2010), os historiadores devem desconfiar dos jornais como fonte de informação, assim como também não podem considerá-los como fontes primárias utilizadas para descobrir o que realmente aconteceu. Conforme o autor, “jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos” (DARNTON, 2010, p. 45).

Com base em Robert Darnton, objetivamos, com este trabalho, promover uma discussão acerca dos embates empreendidos por jornalistas e homens de letras na imprensa periódica belenense oitocentista sobre a produção literária na província do

Pará ou, de forma mais abrangente, na região amazônica, pois pretendemos demonstrar como esses escritores e jornalistas envolvidos na imprensa periódica belenense oitocentista interpretaram a situação da literatura produzida na província do Pará a partir da penúltima década do século XIX.

O objetivo proposto neste trabalho está também associado a uma das características da escrita jornalista no Oitocentos. De acordo com Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007), o jornal pode ser concebido como um espaço de diálogo, debates, polêmicas e fofocas, assim como também o lugar, por excelência, da multiplicidade discursiva, onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade. Nesse sentido, as discussões sobre a produção literária na província do Pará em periódicos que circularam pela capital paraense no século XIX são entremeadas por uma fusão de vozes plurais e às vezes até mesmo dissonantes de alguns grupos sociais. De um lado, por exemplo, há discursos promovidos por escritores – homens que não apenas se dedicaram ao jornalismo, mas também ao cultivo das letras – e, de outro, por jornalistas – homens que passaram a desenvolver a atividade jornalística, mas não se aventuraram pela escrita literária.

Durante a pesquisa que realizamos na imprensa belenense oitocentista, verificamos um número significativo de publicações assinadas por escritores e jornalistas paraenses que tinham como propósito principal ou secundário promover uma discussão, a partir de perspectivas diferentes, acerca da situação da produção literária na província do Pará ou, de maneira mais abrangente, na região amazônica. Essas publicações, de modo geral, discorriam sobre (1) a precariedade ou a superioridade das letras no Pará ou na Amazônia, (2) sobre a (in)existência de uma literatura paraense ou amazônica ou (3) sobre a pouca visibilidade que essa produção literária desfrutava em nível nacional.

Com base ainda na pesquisa realizada em jornais que circularam por Belém no final do século XIX, localizamos também diversas maneiras de escritores e jornalistas na imprensa belenense oitocentista referirem-se a uma produção literária na província do Pará ou na região amazônica: “literatura amazônica”, “literatura paraense”, “literatura do norte”, “as letras amazônicas”, “as letras nesta terra”, “as nossas letras”, entre outras. Convém ainda frisarmos que encontramos uma

publicação específica em que o autor, num determinado momento, utiliza a expressão “literatura paraense” e, em outro, o termo “literatura amazônica”¹.

No **Diário de Belém**, teve início em 1884, por exemplo, uma série de crônicas escritas sob a responsabilidade de Paulo Puhan e René Moustache, agrupadas sob a denominação de “A comédia paraense: crítica de costumes” e divulgadas na coluna **Folhetim**.² Segundo Francisco Foot Hardman (2002), essa série “teve sua publicação no **Diário do Grão-Pará** suspensa por suas ideias ‘incendiárias e socialistas-niilistas’ aparecendo mais tarde, em 1884, em folheto” (HARDMAN, 2002, p. 337)³.

Na data de 4 de maio de 1884, a crônica do dia foi assinada exclusivamente por René Moustache e recebeu o título de “As letras nesta terra”. Nessa pequena crônica, o colunista afirmou que na província do Pará da penúltima década do século XIX havia, com efeito, um número diminuto de pessoas que, embora não estivessem publicando todos os dias os seus escritos, cultivavam as letras paraenses com assiduidade, dedicação e talento. Moustache, no entanto, lamentou-se pelo fato de que não havia, além desse pequeno grupo que se mostrava sempre preocupado em apresentar algumas produções de valor, ninguém mais que merecesse atenção no estreito campo das letras paraenses. Segundo o cronista, essa triste situação da literatura cultivada no Pará foi ocasionada pelos “pseudoliteratos” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2).

Para Moustache, esses pseudoliteratos eram (1) aqueles que se manifestaram ao público nas colunas **Variedades** ou **A pedidos** de qualquer jornal por meio de acrósticos enigmáticos ou de quadras “gotosas onde o sentimento e a expressão tom[aram] por caminhos diversos, igualmente desnorteados” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2); (2) aqueles que apenas escreveram para jornais especiais cujas edições apresentavam “os escritos pífios e os pedacinhos mais asnáticos” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2); (3) aqueles que somente aparecem em ocasiões especiais, a exemplo de festas

¹ Apenas a título de curiosidade, indicamos a leitura do artigo de José Guilherme Fernandes (2004), que promove uma discussão acerca das diferentes formas de designação da produção literária na e da Amazônia a partir de uma perspectiva mais contemporânea.

² Gostaríamos de ressaltar que, segundo José Eustáquio de Azevedo (1970), Paulo Puhan e René Moustache foram pseudônimos utilizados por Múcio Javrot e por outro escritor conterrâneo, ao qual o antologista não se referiu.

³ Sobre o comentário de Francisco Foot Hardman, gostaríamos apenas de salientar que encontramos a série intitulada “A comédia paraense: crítica de costumes” publicada nas páginas do **Diário de Belém** e não nas páginas do **Diário do Grão-Pará**, como o autor afirmou no seu livro.

solenes, onde recitavam estrofes “toscas, desabrigadas, sem ideias que prestem, com uma sintaxe por lapidar e uma versejação desregrada e intolerável” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2). Para Moustache, esses pseudoliteratos, em particular, receberam aplausos mais pela performance durante o recital do que necessariamente pela qualidade dos versos; (4) aqueles que costumavam recitar às atrizes dramáticas ou às prima-donas líricas “poesias cheias de paixão, de uma *nobre paixão pela arte*, tanto mais viva quanto mais graciosa é a paciente desse entusiasmo” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2). De acordo ainda com o cronista, essas poesias “não vêm de ordinário à luz da imprensa, mas passam num buquê para as mãos da atriz com esperança de uma página de álbum” (MOUSTACHE, **Diário de Belém**, 4 maio 1884, p. 2).

Considerando o que expusemos até então, é possível percebermos que René Moustache não chegou a afirmar que não havia uma literatura produzida no Pará, mas é evidente que o cronista do **Diário de Belém** considerou a produção literária desenvolvida na província não apenas embrionária, como também deficiente e exígua. Esse posicionamento do cronista reside na ideia de que uma literatura se constitui a partir de um conjunto de escritores empenhados em oferecer trabalhos de indiscutível qualidade aos leitores. Como acreditava que havia um número irrisório de homens de letras interessados em desempenhar decentemente o seu papel, René Moustache anunciou para os leitores do **Diário de Belém** que a literatura desenvolvida na província do Pará era ainda incipiente e acanhada.

Ao contrário de René Moustache, Paulino de Brito não se ateve a essa discussão sobre a precariedade das letras na região amazônica, mas chegou a divulgar, quase dois anos depois no mesmo jornal, uma insatisfação com a propagação da literatura desenvolvida na Amazônia pelo restante do Brasil. Numa crítica publicada em 28 de fevereiro de 1886 na coluna **Folhetim** do **Diário de Belém** intitulada “O padre José Joaquim Corrêa de Almeida”, Paulino de Brito assegurou que na Amazônia se acompanhava com vivo interesse o que era produzido no terreno da literatura em todo o império brasileiro, ao passo que no restante do país, sobretudo no sul, ignorava-se o que era produzido na região amazônica.⁴ Nesse ensaio, Paulino

⁴ Convém enfatizarmos que o objetivo da crítica de Paulino de Brito, como sugere o título, não era discorrer sobre a penetração da produção literária realizada na Amazônia, mas sim avaliar a produção poética do padre José Joaquim Corrêa de Almeida.

de Brito, por exemplo, ressentiu-se pelo total desconhecimento em nível nacional de escritores conterrâneos, como Santa Helena Magno – “o cantor lamartineano, o poeta virtuoso cuja lira de ouro, imaculada e santa, afeiçoara-se a vibrar somente as cordas dos mais nobres e delicados sentimentos” (BRITO, **Diário de Belém**, 28 fev. 1886, p. 2) – e Teodorico Magno – “essa esperança hoje desvanecida, esse menino genial que há seis meses desapareceu, depois de ter passado como um meteoro, deixando após si um deslumbramento” (BRITO, **Diário de Belém**, 28 fev. 1886, p. 2).

De maneira um pouco complementar ao propósito de Paulino de Brito, Guilherme de Miranda também defendeu que havia na província do Pará escritores tão habilidosos quanto na Corte. No dia 18 de novembro de 1888, foi publicado no **Diário de Belém** um ensaio crítico do escritor paraense sobre o recente lançamento das **Primeiras rimas**, uma coleção de poesias de João de Deus do Rêgo. Nessa crítica, Guilherme de Miranda desviou-se do assunto principal por meio de uma longa digressão e ateve-se ao estabelecimento de uma defesa contra um julgamento negativo a respeito de um certo atraso no cultivo das letras na província do Pará. Vejamos: “E venham os despeitados [os nossos **senhores** da Corte] dizer que o Pará não tem um talento propriamente seu e que vivemos num completo atraso de civilização no meio do esquecimento de uns e do indiferentismo de outros” (MIRANDA, **Diário de Belém**, 18 nov. 1888, p. 2). Para colocar a literatura produzida tanto na província quanto na Corte em patamar de igualdade, Guilherme de Miranda preocupou-se em promover uma comparação entre alguns escritores conterrâneos e determinados escritores brasileiros conhecidos na época provenientes de outros lugares do país. Observemos:

Mas, desgraça, não sabem esses homens que vivemos em perfeita harmonia e que na literatura ainda temos homens que sabem ilustrar as letras; não sabem que para um Augusto de Lima temos um Frederico Rhossard, para um Raimundo Corrêa um João do Rêgo, finalmente, temos para um Júlio Ribeiro um Marques de Carvalho! [...] Somos atrasados, porém onde está o nosso atraso? (MIRANDA, **Diário de Belém**, 18 nov. 1888, p. 2).

É possível percebermos que, a partir da comparação entre escritores, Guilherme de Miranda pretendeu demonstrar que a literatura desenvolvida na província do Pará não era inferior e estava no mesmo nível da literatura produzida na Corte, assim como os escritores conterrâneos não eram menos talentosos e estavam

no mesmo patamar dos escritores brasileiros oriundos de outras partes do Brasil, cuja popularidade devia repercutir na província em questão. É válido colocarmos em relevo que Guilherme de Miranda esforçou-se para romper com a ideia de atraso no cultivo das letras nessa parte da região amazônica, pois acreditava plenamente que “a literatura do norte é irrefutavelmente a melhor do Brasil; e quando avançamos semelhante proposição baseamo-nos em fatos que devem estar na consciência de todos” (MIRANDA, **Diário de Belém**, 18 nov. 1888, p. 2).

As discussões na imprensa periódica belenense oitocentista sobre a produção literária na província do Pará, portanto, começaram a partir da penúltima década do século XIX, mas as primeiras publicações em torno dessa questão não promoveram contendas entre jornalistas e homens de letras paraenses. Em 1887, no entanto, teve início um debate efervescente e acirrado na imprensa belenense oitocentista sobre a literatura amazônica: de um lado, Marques de Carvalho – redator e proprietário d**A Arena** – e, do outro, PLAN – pseudônimo de algum colunista d**A Província do Pará** que assinava crônicas publicadas na coluna **Homens e Coisas**, na qual eram discutidos os mais variados assuntos.⁵

Esse debate teve início em 12 de junho de 1887, quando Marques de Carvalho publicou n**A Arena** um artigo que se intitulava “Da crítica literária”, no qual demonstrava um completo desagrado pelos trabalhos de crítica literária divulgados na imprensa paraense que se propunham a julgar autores e obras. Nesse artigo, percebemos que não era intenção de Marques de Carvalho discorrer sobre a temática da literatura amazônica, mas sim sobre os trabalhos de crítica literária divulgados de vez em quando na imprensa periódica belenense oitocentista. Segundo o autor, essas críticas representavam um atraso intelectual, pois eram pretenciosas e desconchavadas, além de manifestarem “banalidades ridículas, pueris, sem uma ideia nova, sem uma observação feliz, que trouxessem adiantamento e ensino” (CARVALHO, **A Arena**, 12 jun. 1887, p. 71).

A discussão a respeito da literatura amazônica teve início a partir da publicação de PLAN na coluna **Homens e Coisas** d**A Província do Pará**, em 17 de

⁵ As crônicas publicadas na coluna **Homens e Coisas** d**A Província do Pará** eram assinadas intercaladamente por dois pseudônimos: ora por PLAN, ora por RATAPLAN. Enquanto desconhecemos a quem pertence o primeiro, sabemos que o segundo, de acordo com Carlos Rocque (1976), era um dos muitos pseudônimos jornalísticos de Antônio José de Lemos (1843-1913), proprietário d**A Província do Pará**, membro do Partido Liberal e político com base eleitoral no estado do Pará. Exerceu vários cargos políticos, mas destacou-se como intendente de Belém entre 1897 e 1911.

junho de 1887. O colunista, estabelecendo um diálogo com a publicação de Marques de Carvalho na **Arena**, afirmou que

Eu não acho razoável semelhante queixa. Sou de opinião que não há crítica literária no Pará.
 E não há crítica pela simples razão de que não há literatura.
 Não se pode dar o nome de literatura a traduções das poesias de Campoamor, a pequenos contos escritos sobre a perna, a ensaios literários, enfim.
 Isto não constitui uma literatura, nem mesmo pode ser considerado como a sua alvorada.
 Ainda estamos longe disso.
 Sendo assim, como quer o colega que haja crítica literária? [...]
 É por isso que a *pretensa literatura amazônica* faz-me rir.
 (PLAN, **A Província do Pará**, 17 jun. 1887, p. 3).

Conforme PLAN, a crítica literária surge apenas depois de a literatura já existir e estar desenvolvida. Para exemplificar, o colunista da **Província do Pará** afirmou, em 1887, que na Europa já existia uma crítica moderníssima, cuja aparição somente foi possível a partir do momento em que havia um número considerável de produções de cunho literário. PLAN acreditava nessa proposição porque a crítica, ainda segundo o colunista, veio para aplicar o princípio da seleção à literatura, pois “é ela, com efeito, que com o escalpelo na mão faz a autópsia das produções literárias, mostrando aos olhos de todos as suas perfeições e imperfeições” (PLAN, **A Província do Pará**, 17 jun. 1887, p. 3).

Após a publicação do artigo de PLAN, Marques de Carvalho, em 19 de junho de 1887, divulgou na **Arena** a segunda parte do artigo “Da crítica literária”, rebatendo os argumentos do cronista da **Província do Pará**. De acordo com Marques de Carvalho,

Nega o cronista a existência de uma literatura [...].
 Mais isto é uma blasfêmia: isto é negar a alvura do leite, é repetir as imposições evidentes da verdade!
 Nós não temos literatura!... Pois o que são os livros de Santa Helena Magno, do sr. Barão de Guajará, de Vilhena Alves, de Paulino de Brito, de Teodorico Magno, de Júlio César e de Bruno Seabra?
 (CARVALHO, **A Província do Pará**, 19 jun. 1887, p. 76).

Para Marques de Carvalho, a existência de uma literatura amazônica era um fato consumado e inegável, visto que havia na Amazônia do final do século XIX escritores nascidos na região, como Santa Helena Magno, Vilhena Alves, Paulino de

Brito, Teodorico Magno e Bruno Seabra. Desse modo, podemos afirmar que o redator do periódico literário e artístico **A Arena** estava tentando criar um conjunto de escritores que representassem e legitimassem a existência de uma literatura amazônica.⁶

Antes de finalizar o seu artigo crítico, Marques de Carvalho ainda reiterou que havia uma produção literária na Amazônia que pudesse ser chamada de literatura amazônica. Vejamos:

Acabemos por hoje. Recapitulando: – Nós temos literatura, porque temos bons escritores que produzem bons trabalhos literários, além das **traduções de Campoamor e dos pequenos contos escritos sobre a perna**. [...]

As razões por que a nossa literatura não é tão grande como a da Europa são as mesmas que concorrem para provar o motivo porque Benevides não é do tamanho de Belém.

(CARVALHO, **A Província do Pará**, 19 jun. 1887, p. 76).

Quando reiterou o fato de que existia uma literatura amazônica, Marques de Carvalho ressaltou que havia uma produção literária na Amazônia não apenas porque havia obras assinadas por autores amazônicos, mas também porque a região apresentava escritores capazes de produzir trabalhos de grande excelência – tanto em verso quanto em prosa. Nesse sentido, é possível observarmos que Marques de Carvalho preocupou-se em deixar claro para quem o lesse que a valorização da literatura amazônica não estava relacionada a um sentimento de pertença à região onde nasceu, mas sim à qualidade literária que as obras assinadas pelos escritores conterrâneos geralmente apresentavam.

Diante da segunda parte do artigo de Marques de Carvalho publicado na **Arena**, PLAN dedicou ao colega de ofício outra crônica, que saiu à luz em 28 de junho de 1887 e na qual o colunista da **Província do Pará** continuou ainda sustentando a ideia de que não existia uma literatura amazônica. Observemos:

⁶ É válido frisarmos que Marques de Carvalho não esclareceu, em nenhum momento, a que literatura ele se referiu: paraense ou amazônica. Quando se debruçou sobre essa temática, sempre se utilizou de expressões que denotavam muito mais um sentimento de pertença a uma literatura do que necessariamente uma delimitação dos limites geográficos a ela impostos, a exemplo das marcas da primeira pessoa do plural, como é possível observarmos, por exemplo, no seguinte período: “Nós temos literatura, porque temos bons escritores que produzem bons trabalhos literários” (CARVALHO, **A Província do Pará**, 19 jun. 1887, p. 76).

Exceto o nome do sr. Barão do Guajará, que não é um literato, mas sim um historiador, que cultiva um ramo de *ciências*, não nego que os outros tenham escrito peças literárias.

Mas que todas as suas produções somadas formem uma literatura, é o que eu nego.

Não contesto o mérito de cada um deles em particular. Podem eles ter escrito muitas boas coisas, mas que tenham 5 homens, quase todos muito moços, produzindo uma literatura, *c'est trop fort!!!* (PLAN, **A Província do Pará**, 28 jun. 1887, p. 3)

A partir desse excerto, podemos observar que PLAN adotou uma ideia de conjunto para afirmar que não existia uma literatura amazônica. Segundo o cronista **dA Província do Pará**, uma literatura não se constrói a partir de autores individuais, mas sim a partir de um grupo de escritores conscientemente envolvidos no processo de escrita literária e, ao mesmo tempo, unidos pelo mesmo desejo de produzir uma literatura com unidade e características próprias. Desse modo, PLAN insinuou que na Amazônia do século XIX havia um número irrisório de autores para formar uma literatura de feição amazônica – por mais que os poucos nomes selecionados por Marques de Carvalho na segunda parte do artigo **dA Arena** fossem, com efeito, merecedores de reconhecimento, como Santa Helena Magno, Vilhena Alves, Paulino de Brito, Teodorico Magno e Bruno Seabra.

É válido, no entanto, considerarmos que, em 1885, o próprio Marques de Carvalho, num ensaio crítico que dedicou ao amigo Paulino de Brito no **Diário de Belém**, afirmou que

Eis porque, num território tão vasto como a Amazônia, apenas encontro quatro poetas, quatro intelectuais que trabalham assiduamente, e que ainda alimentam forças para a resistência à indiferença. São eles Paulino de Brito, Júlio César, Teodorico Magno e Múcio Javrot – Não falo em Bertino Miranda, que poderia ainda brilhar no mundo literário brasileiro se não fosse tão preguiçoso em matéria de esforço intelectual, – se estudasse alguma coisa. – Na prosa, apenas vejo um operário laborioso e inteligente, que, como literato, já tem reputação formada, – o sr. José Veríssimo.

Na realidade, quatro poetas e um prosador em tão grande extensão de terreno, são quase nada.

(CARVALHO, **Diário de Belém**, 26 fev. 1885, p. 2).

É possível percebermos que Marques de Carvalho, nesse ensaio que dedicou ao amigo e colega de ofício Paulino de Brito aproximadamente dois anos antes, apresentava um posicionamento acerca da literatura da Amazônia idêntico ao sustentado pelo cronista **dA Província do Pará**: havia na região apenas um número

irrisório de escritores que levavam a sério a produção literária e, por essa razão, esse pequeno contingente de autores não era suficiente para atribuir aos trabalhos tanto em prosa quanto em verso desenvolvidos na Amazônia um estatuto de literatura.

Para finalizar a crônica n**A Província do Pará**, PLAN comentou as últimas palavras da segunda parte do artigo de Marques de Carvalho: “as razões por que a nossa literatura não é tão grande como a da Europa são as mesmas que concorrem para provar o motivo porque Benevides não é do tamanho de Belém” (CARVALHO, **A Arena**, 19 jun. 1887, p. 76). Conforme PLAN,

Em resposta direi que nós dizemos – *cidade* de Belém e *povoação* de Benevides. É justo que digamos – *literatura europeia e... paraense*.⁷ Ponho os *pontinhos* porque não sei que nome dar. Assim como na geografia há a classificação dos lugares populosos de conformidade com o número de seus habitantes, em *idades*, *vilas* e *aldeias* ou *povoações*, assim também sucede com as produções literárias. Entretanto não é para estranhar o que eu combato: os políticos já quiseram mimosear Ponta de Pedras com o mesmo nome que se costuma dar a Paris; não é para admirar, portanto, que queiram fazer das produções literárias do Pará uma literatura. (PLAN, **A Província do Pará**, 28 jun. 1887, p. 3).

A partir do excerto acima, é evidente que PLAN acha forçoso que alguém queira chamar os trabalhos literários elaborados no Pará de literatura. É evidente também que o colunista d**A Província do Pará**, embora não tenha especificado nomes, estava se referindo ao colega Marques de Carvalho. No entanto, mais evidente ainda foi a estratégia de PLAN para ridicularizar o argumento do adversário nesse debate literário. Segundo o cronista da coluna **Homens e Coisas**, assim como seria uma bobagem atribuir o nome de Paris a Ponta de Pedras, o mesmo não seria diferente quando se pretende chamar de literatura as publicações literárias divulgadas no estado do Pará.

Em 3 de julho de 1887, o debate foi encerrado com a publicação n**A Arena** de uma carta que Marques de Carvalho dirigiu ao cronista PLAN afirmando que a

⁷ Nas crônicas assinadas por PLAN, esta é a única vez em que o colunista, em vez de se referir a uma literatura amazônica, remeteu-se a uma literatura paraense. Convém também assinalarmos que o autor, no parágrafo seguinte, afirmou que não sabia exatamente especificar qual era o nome que deveria atribuir à produção literária produzida na região. Esse fato demonstra como a discussão a respeito da (in)existência ou da (in)constância de uma literatura na Amazônia era ainda bastante recente, assim como também não havia um consenso entre os escritores e os jornalistas na imprensa periódica de Belém acerca das formas de denominação dessa mesma literatura.

discussão principiada entre os dois colegas de ofício não valia a pena de uma inimizade. Alguns dias depois, precisamente em 7 de julho de 1887, o colunista **dA Província do Pará** afirmou que se arrependeu “de ter na melhor boa-fé escrito coisas que sem má intenção de [sua] parte feriram um cavalheiro, cuja amizade deseje[ava] cultivar” (PLAN, **A Província do Pará**, 7 jul. 1887, p. 3). Depois da longa discussão sobre a (in)existência de uma literatura amazônica, Marques de Carvalho e PLAN continuaram com o mesmo posicionamento: um a favor e outro contra.

É possível percebermos, entretanto, que os posicionamentos contrários entre Marques de Carvalho e PLAN a respeito da literatura amazônica partiram do lugar do qual desfrutavam na sociedade. Marques de Carvalho, por exemplo, em 1887, já era um escritor bastante conhecido em Belém, em razão dos diversos trabalhos literários pelos quais se aventurou na imprensa periódica de Belém no Oitocentos (poesia, conto e romance); nesse mesmo ano, já havia se vinculado ao Naturalismo, acreditando que essa escola literária mudaria os rumos da literatura da época; ainda em 1887, criou o periódico literário e artístico **A Arena**, ao lado de outros escritores, a exemplo de Paulino de Brito e Heliodoro de Brito, com o intuito de divulgar as produções tanto em verso quanto em prosa de autores radicados na Amazônia; além disso, **nA Arena**, em 12 de junho de 1887, publicou o artigo intitulado “Da crítica literária” com a intenção de denunciar a situação precária dos trabalhos de teor crítico divulgados na imprensa periódica de Belém daquela época, visto que o escritor paraense tinha consciência das consequências que poderiam ser acarretadas por causa de uma crítica literária nem um pouco habilitada: “eis completa a CRÍTICA LITERÁRIA de qualquer obra, que deu longo trabalho a seu autor, para ser nesciamente espezzinhada num instante por uma crítica insciente!...” (CARVALHO, **A Arena**, 12 jun. 1887, p. 71). Assim, não haveria como Marques de Carvalho, um escritor não apenas consciente de seu papel social, como também associado a um pequeno grupo de colegas de ofício, desqualificar as produções literárias divulgadas na região, afirmando que na Amazônia não havia literatura. A posição de Marques de Carvalho, portanto, não era individual, mas sim coletiva, pois representava no debate com PLAN a voz de uma classe de autores empenhados em construir, difundir e promover uma produção literária dentro dos limites geográficos não apenas da região amazônica, como também do território nacional.

PLAN, por sua vez, era um colunista d**A Província do Pará** que possuía uma coluna fixa e precisava entreter os leitores com os mais diversos assuntos. Desse modo, o cronista encontrou no artigo de Marques de Carvalho uma possibilidade de obter um assunto sobre o qual pudesse escrever. O próprio colunista atribuiu a si mesmo o mau desejo de encher algumas tiras de papel às custas da publicação do redator d**A Arena** pela simples vontade de satisfazer uma tarefa. É válido ressaltarmos ainda que PLAN não se julgava um autor de crítica literária, mas sim um cronista: “apesar de não considerar a minha crônica como um artigo de crítica” (PLAN, **A Província do Pará**, 28 jun. 1887, p. 3). Na segunda crônica, PLAN se apresentou como um adversário sem pretensões e afirmou que todos os leitores estavam perfeitamente certos de que ele não estava em condições de lutar com Marques de Carvalho, visto que o colunista d**A Província do Pará** não se considerava um literato amazônico: “até hoje não meti as mãos na seara literária. Tenho sido mero expectante, e juiz de mim mesmo, tenho-me considerado indigno de pertencer à plêiade brilhante dos literatos amazônicos” (PLAN, **A Província do Pará**, 28 jun. 1887, p. 3).

Além disso, PLAN demonstrou-se um conhecedor da literatura desenvolvida na Europa – sobretudo na França. Assim, é fácil compreendermos por que o cronista não acreditava na existência de uma literatura amazônica. A literatura produzida no continente europeu, em 1887, não apenas já apresentava uma longa e fecunda trajetória, como também uma popularidade e um reconhecimento que atravessou o Oceano Atlântico. Nessa mesma época, a produção literária na Amazônia, por sua vez, além de ser muito recente e conseqüentemente não gozar de tradição, estava localizada numa região distante do Rio de Janeiro, capital do país na época. Segundo Eustáquio de Azevedo (1970), não é à toa, portanto, que Inglês de Sousa e José Veríssimo foram os únicos escritores nascidos na Amazônia do século XIX que alcançaram alguma notoriedade no cenário nacional das letras – um se destacando no campo da ficção e outro no domínio da crítica literária. Os dois foram os únicos que conseguiram sair do lugar onde nasceram para fixar residência no Rio de Janeiro, onde encontraram um terreno propício para de alguma maneira se projetarem.⁸ Desse

⁸ Sobre o deslocamento de escritores no território brasileiro do século XIX, Lúcia Miguel Pereira (1988) afirma que o Rio de Janeiro sempre foi mais um centro receptor do que criador, pois a maioria dos escritores que se destacaram nacionalmente na atividade literária não nasceram na Corte, mas sim em outras províncias do país. O Rio de Janeiro, portanto, atraía de outras localidades homens interessados

modo, não havia como PLAN acreditar na existência de uma literatura amazônica, levando em consideração todo o conhecimento que ele possuía acerca da produção literária elaborada na Europa. Usá-la como parâmetro para medir a outra só poderia mesmo conduzi-lo a pensar na inexistência de uma literatura paraense ou amazônica.

A partir das publicações jornalísticas de René Moustache, Paulino de Brito, Marques de Carvalho e PLAN, percebemos uma tensão que passou a ser discutida nas páginas de periódicos que circularam em Belém na penúltima década do século XIX sobre a produção literária desenvolvida na Amazônia: (in)existe uma literatura produzida na região? No entanto, esses escritores, mais do que promoverem uma discussão em torno dessa pergunta, demonstraram que ainda não havia desde então na capital paraense da época uma ideia consolidada acerca de uma literatura na região – até mesmo porque os primeiros escritores amazônicos conscientes do seu papel social começaram a surgir e a se manifestar, com efeito, a respeito dessa questão apenas a partir de 1880.

As discussões sobre a (in)existência, a pujança ou a precariedade da literatura produzida na região, em contrapartida, continuaram durante a última década do século XIX. **NA República**, por exemplo, foi publicada em 30 de novembro de 1892 uma crônica assinada sob o pseudônimo de “Pati Forio” intitulada “Etc. e tal pontinhos”. Nessa publicação, o cronista emitiu um juízo, se não igual, ao menos semelhante ao de Marques de Carvalho. O jornalista afirmou que “ainda há linguarudos que berram por aí que a literatura paraense não passa de um mito, que isto, que aquilo, etc. e tal. Mas é uma calúnia porca: a nossa literatura estadual é uma feijoada, tem de tudo” (FORIO, **A República**, 30 nov. 1892, p. 2). Após esse comentário, o colaborador **da República** enumerou alguns nomes que formam, a seu gosto, a literatura paraense, a exemplo de Frederico Rhossard, Paulo Maranhão, Guilherme Miranda, Eustáquio de Azevedo, Paulino de Brito, Bertino Miranda, Acrísio Mota, Juvenal Tavares, Heliodoro de Brito e Manoel Valente do Couto. Desse modo, percebemos que Pati Forio, assim como Marques de Carvalho, procurou formar um conjunto de autores representativos de uma literatura paraense. Depois de apresentar todos esses escritores, o cronista encerrou a crônica com as seguintes palavras: “Mirem-se nesse espelho, que aí fica; e se forem capazes tornem a dizer que não **temos literatura**. Eu

em ganhar a vida à custa da própria pena, visto que a capital do país nesse período era, via de regra, a responsável pela consagração e difusão de autores e obras por todo o país.

sempre quero ver até onde chega o atrevimento de vocês, seus pulhas” (FORIO, **A República**, 30 nov. 1892, p. 2).

No dia 24 de março de 1896, por sua vez, foram lançadas na **Folha do Norte** as “Cartas literárias”, assinadas pelas iniciais “A. P.”. Nessa publicação, o autor afirmou que “o Pará é quase nulo no movimento literário do Brasil, conhecendo-se, lá fora, dois ou três vultos literários” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1). Para justificar essa situação, o missivista atribuiu a essa precariedade algumas razões: (1) a pouca importância destinada à literatura na imprensa paraense: “Jornais há que publicam trabalhos literários mensalmente ou de quinzena em quinzena. Para aparecerem versos, contos, crítica, é necessário não haver absolutamente matéria comercial ou artigos para os solicitados” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1); (2) a falta de remuneração: “a imprensa publica versos por especial obséquio, depois de pedidos a uns e outros. Não se paga a ninguém para escrever literatura, dispensando-se enorme obséquio em publicá-la” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1); (3) a ausência de editoras no estado: “Há também entre os moços de letras queixa justificada: a falta de editor. O Pará possui tudo na arte tipográfica: livrarias, tipografias, encadernações [...] e não tem absolutamente um editor! Esse ente extraordinário [...] ainda não apareceu na nossa rica Belém” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1); (4) a condição financeira dos escritores: “ou o escritor não publica o livro, ou quando dá para essa doidice é à sua custa, com o rico dinheirinho do seu bolso. E como a maioria dos nossos literatos são funcionários públicos, miseravelmente pagos por sinal [...] a consequência lógica é não se publicarem os tais livros ou conservar uma dívida pavorosa e eterna” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1); (5) poucas sociedades e nenhum jornal voltados para as letras: “Sociedades de letras temos duas: **Mina Literária** e **Centro Literário Amazônico**. Duas, – podia ser uma. [...] Jornais de letras, periódicos, revistas – nenhum. Já é digno de ficar registrado esse resultado animador numa terra que tem duas sociedades literárias” (A. P. **Folha do Norte**, 24 mar. 1896, p. 1).

A partir de algumas publicações em periódicos belenenses oitocentistas, podemos perceber o empenho de jornalistas e escritores radicados na capital paraense nas duas últimas décadas do século XIX em estabelecer uma discussão sobre a (in)existência, a precariedade ou a potencialidade da produção literária na província do Pará ou, de forma mais ampla, na região amazônica. Apesar, porém, de

posicionamentos diversos e às vezes contrários, é possível assegurarmos que esses homens tanto do jornalismo quanto das letras tinham o desejo de que essa literatura cultivada no Pará, ainda que tenha sido denominada de maneiras diversas, prosperasse e alcançasse um lugar de prestígio não apenas em nível regional, como também em nível nacional.

Referências

A. P. Cartas literárias. **Folha do Norte**, Belém, 24 mar. 1896, p. 1.

AZEVEDO, J. E. **Antologia Amazônica**: poetas paraenses. 3. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

BARBOSA, S. de F. P. **Jornal e literatura**: a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BRITO, P. de. O padre José Joaquim Corrêa de Almeida. **Diário de Belém**, 28 fev. 1886, Folhetim, p. 2.

CARVALHO, M. de. Paulino de Brito, **Diário de Belém**, Belém, 26 fev. 1885, Letras e Artes, p. 2.

_____. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 12 jun. 1887, p. 71.

_____. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 19 jun. 1887, p. 76-77.

_____. Carta ao cronista «PLAN». **A Arena**, Belém, 3 jul. 1887, p. 83.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, J. G. dos S. Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura da Amazônica ou literatura amazônica? **Graphos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 111-116, 2004.

FORIO, Pati. Etc. e tal pontinhos. **A República**, Belém, 30 nov. 1892, p. 2.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!** – Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo, UNESP, 2002.

MIRANDA, G. de. Primeiras rimas: coleção de versos de João de Deus do Rêgo. **Diário de Belém**, Belém, 18 nov. 1888, Letras, p. 2.

MOUSTACHE, R. As letras nesta terra. **Diário de Belém**, Belém, 4 maio 1884, Folhetim, A comédia paraense: crítica de costumes, p. 2.

PLAN. **A Província do Pará**, Belém, 17 jun. 1887, Homens e Coisas, p. 3.

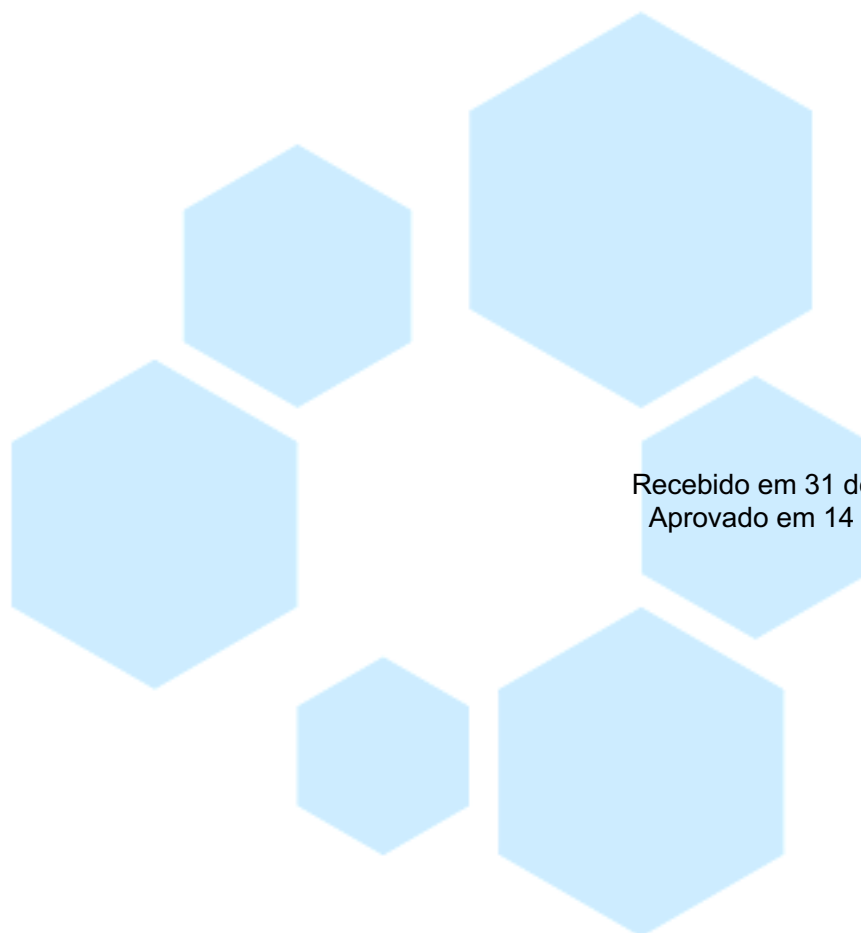
____. **A Província do Pará**, Belém, 28 jun. 1887, Homens e Coisas, p. 3.

____. **A Província do Pará**, Belém, 7 jul. 1887, Homens e Coisas, p. 3.

PEREIRA, L. M. **História da literatura brasileira**: Prosa de ficção (de 1870 a 1920). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

UM MARANHENSE. Noblesse oblige. **Diário de Notícias**, Belém, 2 maio 1888, p. 3.

ROCQUE, C. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976.



Recebido em 31 de março de 2019
Aprovado em 14 de julho de 2019